

O DISCURSO FAVORÁVEL SOBRE AS COTAS RACIAIS EM ARTIGOS DE OPINIÃO DE CIRCULAÇÃO UNIVERSITÁRIA

Juliana Silva Santos

Mestre em Estudos Linguísticos (UFMG)

emaildajulianasantos@gmail.com

RESUMO

Este artigo objetiva analisar, a partir de uma perspectiva linguístico-discursiva, os recursos argumentativos sobre a adoção de cotas raciais para o ingresso no ensino superior a partir de três artigos de opinião do periódico Boletim – UFMG. Os textos escolhidos são anteriores à Lei 12.711/12 e foram investigados a partir de três categorias: a imagem positiva que o locutor elabora de si, as relações raciais no Brasil e a meritocracia, todos pela perspectiva do sujeito que argumenta de forma favorável à proposição de cotas raciais. Para o desenvolvimento desse trabalho, utilizamos a análise argumentativa, ramo da Análise do Discurso, a partir de Amossy (2007, 2010, 2011). Como conclusão, entendemos que nas três categorias analisadas é destacado pelos locutores um olhar que vai além da discussão sobre as cotas raciais enquanto política pública para então abarcar elementos relativos às relações raciais desenvolvidas no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: imagens, argumentação, cotas raciais, *ethos*.

ABSTRACT

This article aims at analyzing, from a linguistic-discursive perspective, the argumentative resources on the adoption of racial quotas for higher education admission used in three opinion articles from Boletim – a newsletter from UFMG. The chosen texts predate the Law 12,711/12 and were investigated by using three categories: the positive image that the speaker produces of himself, race relations in Brazil and meritocracy, all the subject's perspectives argue favorably for racial quotas. For the development of this work, we used the argumentative analysis, a branch from Discourse Analysis, based on Amossy, (2007, 2010, 2011). In conclusion, we believe that, among the three categories chosen to be analyzed, it is highlighted by the speakers a point of view that goes beyond the discussion of racial quotas as a public policy to encompass elements relating to race relations developed in Brazil.

KEYWORDS: images, argumentation, racial quotas, *ethos*

INTRODUÇÃO

A adoção de cotas raciais na seleção para universidades públicas do país, iniciada na primeira metade dos anos 2000, gerou – e continua a gerar – debates com posicionamentos contrários, mesmo após a aprovação da Lei 12.711/12, a chamada “Lei de Cotas”. A materialização discursiva das opiniões dos sujeitos nos dez anos que antecederam a referida Lei (de 2002 a 2012) não raras vezes se deu marcada por opiniões de base interdiscursiva que assinalam leituras sobre as relações raciais desde o período escravagista até os nossos dias. Nesse contexto, estudos como o realizado pelo Centro de Estudos da Relações de Trabalho e Desigualdades – CEERT e o Observatório Brasileiro de Mídia (2009) apontam que os olhares sobre as cotas raciais foram alvo de disputas na mídia em seus diversos gêneros textuais, desde aqueles que não têm por objetivo deixar explícita uma marca de opinião, até aqueles em que a defesa de um ponto de vista é premissa fundamental, como é o caso dos artigos de opinião. A partir desse contexto, que se fez amplamente marcado por um binarismo argumentativo entre os “contrários” e os “favoráveis” às cotas raciais, optamos por dar voz à perspectiva do sujeito que argumenta em defesa das políticas afirmativas de recorte racial e que, por conseguinte, traz à baila determinados anseios da população negra em relação ao acesso ao ensino superior público. Os trechos dos artigos selecionados foram veiculados em uma publicação de alcance local – O *Boletim* da UFMG – o que permite colocar em cena a perspectiva daqueles que estão fora dos grandes holofotes da mídia nacional e que acabam por dar voz a um campo de luta do movimento negro: o acesso ao ensino superior.

Para a análise, foram escolhidos três artigos de opinião dos anos 2002, 2005 e 2008, e que são da versão virtual do *Boletim* UFMG. Esse recorte temporal se justifica por

compreender momentos em que foram tomadas iniciativas de cotas raciais por universidades públicas do país, além de abarcar o período em que a política foi alvo de disputas argumentativas no cenário nacional.

No que diz respeito à perspectiva teórica utilizada, um conceito assumido no campo dos estudos discursivos que a linguagem é forma de ação no mundo; assim, ao gerar influência é possível orientar modos de ver e, então, fazer aderir a um determinado projeto de palavra, reforçando ou modificando crenças e atitudes, por consequência. A partir do exposto, o presente trabalho terá como foco de análise as imagens de si (a partir do sujeito locutor) que traz em sua argumentação imagens do outro (as cotas raciais) com base nos trabalhos de Amossy (2007, 2010, 2011) no campo da análise argumentativa do discurso. No quadro teórico em questão, Amossy (2007) considera que a análise argumentativa, como ramo da Análise do Discurso, leva em consideração a interseção do linguístico e do social. Nesse sentido, a autora concorda com Maingueneau (2007, p. 19), que percebe “o discurso como intricação de um texto e de um lugar social, o que significa dizer que seu objeto não é nem a organização textual, nem a situação de comunicação, mas aquilo que as une por intermédio de um dispositivo de enunciação específico”. Nesse contexto, é possível pensar com Amossy (2011) que a argumentação não se reduz a uma série de operações lógicas e a processos de pensamento, mas se constrói a partir do uso de meios que a linguagem oferece ao nível das escolhas lexicais, das modalidades da enunciação, dos encaminhamentos dos enunciados – conectores, *topoi*, marcas de implícito entre outros. Dessa forma, presumimos que elementos dóxicos, como estereótipos e imaginários sociodiscursivos, além dos argumentos veiculados pelo discurso são utilizados na elaboração argumentativa dos artigos em análise, construindo, então, imagens favoráveis sobre a adoção de uma política de cotas raciais.

CONSIDERAÇÕES SOBRE OS ARTIGOS DE OPINIÃO NO *BOLETIM* UFMG

O *Boletim* é um veículo de informação semanal de circulação interna à Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG e foi criado no ano de 1974. Desde as primeiras edições até as mais atuais, o *Boletim* sofreu mudanças em suas características passando a contar com a publicação de notícias, entrevistas, artigos de opinião e atividades importantes da Universidade. Os textos opinativos são assinados por sujeitos da comunidade universitária e de fora dela, normalmente, professores, e são publicados na seção intitulada *Opinião*. Nesse sentido, por não apresentar as características exclusivas de um informativo ou de uma revista, acabamos por denominar o *Boletim* como uma publicação jornalística universitária, por também consideramos o seu local de divulgação, uma universidade federal.

Assim, a característica híbrida desse suporte permite pensar que aos artigos de opinião nele publicados poderia ser associado a um lugar sócio-histórico da ciência, legitimado pelo espaço universitário em que é divulgado, ainda que o gênero artigo de opinião não seja de caráter científico. Assim, a argumentação presente nos trechos selecionados poderá recorrer a elementos comuns ao meio acadêmico como estratégia de legitimação e captação. Ao final dessas considerações, presumimos que a serventia desses contornos para o artigo de opinião no contexto do *Boletim* reside no fato de que muitas estratégias de construção de imagens sobre as cotas raciais podem recorrer a valores do espaço situacional de divulgação desses textos, a universidade, com vistas a garantir sua efetividade argumentativa, podendo gerar influência na recepção dos textos por parte dos interlocutores.

Cabe, então, lembrarmos Charaudeau (2004) ao dizer que o estatuto do ator social, bem como o papel que ele representa, são determinantes para julgar a pertinência de um discurso em relação ao domínio no qual ele é produzido.

REFERENCIAÇÃO

Segundo Koch (2014, pp. 46 e 47), os estudos sobre referenciação tiveram início na década de oitenta com a abordagem cognitiva de Van Dijk e Kintsch (1983), passando a ganhar corpo na década de noventa com pesquisadores franco-suíços do Projeto Cognisciences: Apothelóz, Kleiber, Charolles, Berrendonner, Reichler-Béguelin, Apótheloz & Chanet, Mondada & Dubois. Para estes autores, a língua não é apenas um sistema de etiquetas que serve para nomear “coisas” do mundo (concretas e abstratas), visto que a língua não só nomeia, mas também marca a posição do sujeito naquilo que enuncia. Tomemos como exemplo o evento que ficou conhecido como “Batalha do Centro Cívico”. O enunciador, ao optar pela palavra “Batalha”, não só nomeou o evento como também marcou a sua posição diante do fato, de modo que, para ele, o conflito entre policiais e professores em Curitiba foi violento.

No que diz respeito aos estudos sobre referenciação, nos detivemos nos princípios teóricos de Mondada & Dubois (2003 [1995]) e metodológicos de análise de Koch (2011). Mondada & Dubois, no resumo de seu artigo de 1995, contrapõem dois pontos de vista sobre a língua e aquilo que ela nomeia. Vejamos no excerto abaixo:

A ideia segundo a qual a língua é um sistema de etiquetas que se ajustam mais ou menos bem às coisas do mundo tem atravessado a história do pensamento ocidental. Opomos uma outra concepção segundo a qual os sujeitos constroem, através de práticas discursivas e cognitivas social e culturalmente situadas, versões públicas do mundo. (MONDADA & DUBOIS, 2003 [1995], p. 17)

Como podemos ver, no trecho acima, as autoras estabelecem uma oposição entre referência e referenciação: a primeira é vista como resultado e a segunda, como processo. Para as pesquisadoras, os estudos não devem estar centrados na primeira, mas na segunda, visto que a referenciação oferece ao pesquisador subsídios para entender de que maneira os enunciadores constroem os referentes por meio do texto, visto que a língua não reflete as “coisas” do mundo em sua essência, mas de maneira valorativa com base no posicionamento de quem enuncia e nas restrições, possibilidades dos gêneros e expectativas de seus interlocutores.

Castro e Alexandre (2014), ao analisar a construção de um mesmo referente em perfis distintos no *Twitter*, identificaram como as Instituições de Ensino Superior (em alguns momentos do artigo, IES) no país são caracterizadas diferentemente de acordo com os propósitos comunicativos dos usuários desses perfis, as restrições e as possibilidades dos gêneros (para os autores, o perfil de humor e o perfil institucional são gêneros diferentes) e as expectativas de seus seguidores (no *Twitter*, os usuários seguem e são seguidos por outros usuários, diferentemente do *Facebook*, por exemplo, onde os usuários são amigos). Nos perfis de humor, por meio do processo de referenciação, as IES são construídas de maneira negativa, enquanto nos perfis institucionais as IES são construídas de maneira positiva (pp. 32 e 33).

Em nosso trabalho, nos propomos a analisar a construção dos referentes em textos jornalísticos produzidos pelo *Gazeta do Povo*, jornal *online* da cidade de Curitiba, capital do estado do Paraná. Analisaremos quem são os referentes envolvidos no evento que ficou conhecido como “Batalha do Centro Cívico” e de que modo eles são construídos na tessitura do texto por meio de expressões nominais, e, por fim, de que maneira eles são avaliados pelo jornal, se de maneira positiva ou negativa. Nossa hipótese inicial era a de que nos gêneros notícia e reportagem, o jornal optaria pela neutralidade na veiculação dos fatos, enquanto no gênero editorial o *Gazeta do Povo* emitiria seu posicionamento sobre o evento, valorando positiva e/ou negativamente seus referentes envolvidos. Contudo, no decorrer de nossa análise, identificamos uma carga valorativa dos referentes em todos os textos, com maior restrição nas notícias e na reportagem e menor restrição no editorial. Isso confirma, em parte, o que temos dito até aqui, a saber, os gêneros restringem e possibilitam a construção dos referentes na tessitura textual com base no posicionamento do jornal diante do fato e na expectativa de seus interlocutores.

A ANÁLISE ARGUMENTATIVA DO DISCURSO: BREVES CONSIDERAÇÕES

No exame dos funcionamentos argumentativos, importa considerar as condições de produção do discurso em questão: é a partir desse olhar que são abertas possibilidades de

pensar a argumentação vinculada às relações de poder existentes nas interações e que se materializam na linguagem. Assim, conceitos como os de interdiscurso, *doxa* e estereótipos são relevantes para se pensar o *ethos* ou as imagens sobre as cotas raciais em nosso objeto de análise. Vejamos: a proposta da análise argumentativa não desconsidera o dialogismo constitutivo de todo discurso e adota um horizonte de análise que prima pela união da materialidade discursiva a um determinado lugar social.

Nesse contexto, importa trazer à baila a noção de interdiscurso, que contribui largamente para uma compreensão das circunstâncias sociais e históricas de produção. Como afirma Bakhtin (2006) todo discurso constitui-se de outros e toda enunciação é uma reação à palavra do outro, seja para retomá-la, refutá-la ou modificá-la. Dessa forma, entendemos com Amossy (2010) a necessidade de compreensão não apenas dos modos linguísticos da argumentação, como a escolha lexical, deslizamentos semânticos conectores, dentre outros, como também das relações interdiscursivas empreendidas pelo modo como o discurso assimila a fala do outro, permitindo, assim, inferências na enunciação.

À noção de interdiscurso, Amossy (2010, p. 94) relaciona a *doxa*, ou, como prefere a autora, elementos dóxicos, às opiniões partilhadas. Dessa forma, tanto a ideia de elemento dóxico quanto a de interdiscurso são capazes de demonstrar que a argumentação é tributária de um conhecimento partilhado, prévio à tomada de palavra. Nas palavras da autora:

On rattachera donc la notion de “doxa” ou opinion commune d’une part à celles des ensembles discursifs – discours social ou interdiscours – qui la portent, d’autre part aux formes (logico-) discursives particulières – topöi (lieux communs) de tous types, idées reçues, stéréotypes, etc. – où elle émerge de façon concrète (AMOSSY, 2010, p. 85)ⁱ.

Assim, ao levarmos em conta a questão das crenças partilhadas, importa relacionar a influência do outro no discurso. Dessa forma, para Amossy (2010), o interlocutor não deixa

de ser uma entidade variável e constituída ao sabor de uma imagem elaborada pelo locutor, pensada por ele de forma mais ou menos consciente para obter adesão. É por meio dessa projeção, que corresponde à natureza e ao estatuto do(s) interlocutor(es), que o dinamismo argumentativo é pensado. Vem também dessa perspectiva a importância da definição do suporte (o *Boletim*) para os artigos de opinião selecionados e seu local de divulgação, dado que há no processo argumentativo sobre as cotas raciais as imagens que o locutor elabora de si e, também, do outro, os possíveis leitores. Vemos, então, a relação com a estereotipia, como destaca Amossy:

Na perspectiva argumentativa, o estereótipo permite designar os modos de raciocínio próprios a um grupo e os conteúdos globais do setor da doxa na qual ele se situa. O locutor só pode representar seus locutores se os relacionar a uma categoria social, étnica, política ou outra [...] isso quer dizer que a construção do auditório passa necessariamente por um processo de estereotipagem (Amossy 2011, p. 126).

Feitas estas primeiras observações, passemos, agora para algumas considerações sobre o *ethos*ⁱⁱ na análise argumentativa. A investigação acerca dos elementos que compõem a imagem do locutor é matéria recorrente de debates e de pesquisas, como é possível perceber desde a retórica antiga até os estudos contemporâneos da argumentação. Dessa forma, a noção de *ethos*, ou imagem, como preferimos nesse trabalho, é vista de modos distintos segundo o horizonte de análise adotado. Para Aristóteles, a imagem de si é de elaboração discursiva; já para os romanos, o *ethos* é de constituição prévia e diz respeito ao estatuto do sujeito na hierarquia social. Em abordagens contemporâneas, é possível encontrar filiações teóricas que vão dizer de cada uma dessas tradições ou que unem contribuições de ambas. Este último é o caso da análise argumentativa do discurso, o que torna possível destacarmos a importância do termo imagem na esteira de Amossy (2011).

A opção pelo termo imagem nos permite trilhar um caminho que envolve não apenas a imagem de si no discurso (o *ethos* aristotélico), mas também a do outro, dado que nesse

trabalho consideramos não apenas a representação do locutor no processo argumentativo, mas também, as representações que constroem imagens sobre as cotas raciais em relação ao interlocutor.

Na concepção de Amossy (2011), para se pensar a noção de *ethos* é preciso levar em conta o *status* institucional do sujeito e a sua figura propriamente dita (relacionados com o *ethos* prévio), bem como elementos constituintes da sua produção discursiva (ligados ao *ethos* discursivo). Dessa forma, torna-se possível pensar que, nos liames do discurso, o locutor poderia jogar com a sua reputação, seja para reafirmá-la ou para modificá-la. Nesse ínterim, o interlocutor poderá ter pontos de vista diferenciados de acordo com aquilo que o locutor representa previamente ao discurso (informações relativas a uma bagagem dóxica mobilizada pelo interdiscurso) e o que é dito na tomada de palavra. Nas palavras da autora:

Parece, portanto, que a eficácia da palavra não é nem puramente exterior (institucional) nem puramente interna (linguageira). Ela acontece simultaneamente em diferentes níveis. Não se pode separar o *ethos* discursivo da posição institucional do locutor, nem dissociar totalmente a interlocução da interação social como troca simbólica (no sentido de Bourdieu) (AMOSSY, 2011, p. 136).

A noção de *ethos* na análise argumentativa também busca contribuições na sociologia com base em Pierre Bourdieu. Para o autor, a eficácia da palavra não residiria no discurso, mas nos princípios interiorizados pelos interlocutores e que definiriam, por sua vez, a imagem do sujeito. Nesse caso, a força das palavras estaria ligada à autoridade de que goza o locutor, já que sua fala seria dotada de um “capital simbólico acumulado pelo grupo que lhe conferiu o mandato e do qual ele é, por assim dizer, o procurador” (BOURDIEU, 1996, p. 89). Amossy (2011) exemplifica quais sujeitos seriam dotados desse capital simbólico (institucional) em suas respectivas comunidades: o padre, o político, o escritor e também aqueles que são a maior parte dos articulistas dos artigos de opinião que selecionamos: os

professores universitários. A palavra proferida por esses sujeitos seria, na perspectiva de Bourdieu, eficaz, dado que eles são investidos de poder aos olhos do público.

Já a pragmática contemporânea, outro campo de estudos de que a análise argumentativa se vale para entender a noção de imagem, concebe a eficácia da palavra no interior da troca verbal, o que consubstancia o *ethos* como um fenômeno exclusivamente discursivo, sem relação com o *status* social do locutor (AMOSSY, 2011). Nesse contexto, o *ethos* seria analisado como uma troca baseada no exame das instâncias da interação verbal e da forma como o locutor se coloca para elaborar uma imagem de si. Essa perspectiva encontra eco na tradição aristotélica, dado que considera somente os elementos internos ao discurso no processo persuasivo.

Além das contribuições da sociologia dos campos e da pragmática, o *ethos*, na análise argumentativa busca ainda as contribuições da Nova Retórica de Perelman e Tyteca (1958), notadamente no que diz respeito à importância conferida ao auditório e os meios para exercer influência sobre ele. É justamente sobre a noção de auditório, ou interlocutor, que pela análise argumentativa torna-se possível pensar para além da construção de uma imagem de si no processo argumentativo para, assim, abarcar imagens do outro, o que traz novamente à cena o trabalho com as crenças partilhadas - *doxa*. Sobre a constituição do *ethos* na análise argumentativa, sumariza Amossy:

Ora, a teoria da argumentação, ao manter a ideia de uma livre escolha fundada em normas de racionalidade, valoriza a eficácia da palavra que as perspectivas influenciadas por Bourdieu anulam. Para a retórica, se o dizer é um fazer, ele o é na medida em que agir sobre o auditório, leva-o a adotar teses capazes de moldar comportamentos. O orador influencia as opiniões que, no momento oportuno, traduzir-se-ão em atos, e é por isso que ele deve produzir em seu discurso uma imagem adequada de sua pessoa. A construção positiva de uma imagem de si é suscetível de conferir ao orador sua autoridade, isto é, o poder de influir nas opiniões e modelar atitudes. Essa ótica corrobora com as perspectivas da pragmática que considera [...] que o discurso permite (inter)agir (AMOSSY, 2011, p. 142).

Feitas as considerações sobre a perspectiva teórica desse trabalho, passemos, agora, para a análise do *corpus*.

OS OLHARES FAVORÁVEIS PARA AS COTAS RACIAIS EM ARTIGOS DE OPINIÃO DO BOLETIM UFMG

A seguir, analisamos os discursos favoráveis às cotas raciais a partir de três categorias: a imagem positiva que o locutor elabora de si como sujeito autorizado a tratar do assunto, as relações raciais no *Brasil* e a meritocracia.

Nos dois trechos destacados a seguir, apontamos determinados elementos que colaboram para fundar a imagem positiva do locutor como sujeito autorizado a tomar a palavra para tratar do assunto das cotas raciais. Nos excertos, a citação de outros autores ou de institutos de pesquisa reconhecidos, como demonstram os grifos, pode ser vista como argumento de autoridade, julgamento de uma pessoa ou grupo de pessoas utilizados como meio de prova a favor do que se diz (KOCH, 1996). A referida autora se apoia em Ducrot ao esclarecer que o raciocínio por autoridade corresponde a “[...] uma espécie de raciocínio experimental em que se parte do fato de que ‘X disse P’ e, com base na suposição de que X, de acordo com sua situação ou competência, tem boas razões para não estar enganado, conclui-se quanto à verdade ou a verossimilhança de P” (KOCH, 1996, p. 148). Ademais, a exposição de estatísticas e a seleção lexical ligada à esfera acadêmica (trecho nº 1) podem conferir um valor de ciência aos argumentos, favorecendo a formulação de um *ethos* de competência a partir do que é dito em outro lugar. Ao pensar na imagem positiva de si que possa favorecer a adesão às teses apresentadas, entendemos, então, que há a elaboração de

imagens do outro – o interlocutor inserido em um espaço acadêmico – o que ocorre por meio da utilização de recursos como o estilo da escrita, a seleção lexical, a demonstração de saberes enciclopédicos, os saberes de crença e de conhecimento. Vejamos os trechos:

O Ipea publicou uma **pesquisa** intitulada Desigualdade racial no Brasil; evolução das condições de vida na década de 90, que revela **dados** alarmantes sobre a **educação** de negros e brancos em nosso país. **Em 1999, 89% dos jovens brancos entre 18 e 25 anos não haviam ingressado na universidade. Entre os jovens negros nessa mesma faixa de idade, 98% deles não ingressaram na universidade, ou seja, só 2% conseguem alcançar tal nível de ensino (...).** As cotas são apenas uma das estratégias de aplicação dessas ações e, ao serem implantadas, **desvelam a existência de um processo histórico e estrutural de discriminação que assola determinados grupos sociais e étnico-raciais.** Talvez por isso elas **incomodem** tanto a sociedade brasileira, uma vez **que ainda impera em nosso imaginário a crença de que somos uma "democracia racial". Ora, a realidade social e educacional dos negros e mestiços revelada pelas pesquisas mais recentes nos mostra o contrário.** [...] Em vez de passarmos longas horas argumentando se somos contra ou a favor das políticas de ação afirmativa, poderíamos questionar o que a sociedade brasileira tem feito para **superar** o racismo e a discriminação racial (Trecho nº 1, grifos nossos).

De acordo com Silva Júnior (2003), a adoção de políticas de ações afirmativas no ensino encontra amplo respaldo legal (Trecho nº 2, grifos nossos).

No que corresponde à categoria das relações raciais no Brasil, no trecho nº1 é possível perceber um questionamento sobre a ideia de uma democracia racial. Na passagem, é possível notar a elaboração da imagem de que a política de cotas não recriaria o racismo no país, mas sim revelaria sua dimensão histórica e velada, como no trecho “desvelam a existência de um processo histórico e estrutural”, “ainda impera em nosso imaginário a crença de que somos uma ‘democracia racial’” (trecho nº1). O locutor também elabora uma imagem de si como habilitado a falar do assunto, ao fazer referência a pesquisas ditas como “mais recentes”. Por consequência, à política de cotas é atrelada uma imagem de inovação, por carregar a possibilidade de modificar estruturas de discriminação racial já arraigadas na cultura brasileira. Nesse sentido, importa considerar mais uma vez a associação entre cotas e as relações raciais desenvolvidas no Brasil, o que pode ser notado no excerto: “Em vez de passarmos longas horas argumentando se somos contra ou a favor das políticas de ação

afirmativa, poderíamos questionar o que a sociedade brasileira tem feito para superar o racismo e a discriminação racial” (trecho nº 1). Dessa forma, o trecho em destaque revela uma argumentação que visa incitar o leitor a perceber a escravidão em um sentido que vai além de um fato histórico, mas que ainda permanece na sociedade, reforçado pelo uso do verbo “superar” no presente.

No excerto destacado a seguir, parte do artigo nº 3, é possível perceber uma discussão que une as três categorias por nós analisadas. A argumentação do locutor é desenvolvida com base na análise de um poema do escritor Cuti (Luiz Silva), recurso capaz de gerar aproximação com o interlocutor universitário por meio da elaboração de um *ethos* de saber do locutor. Já o olhar para a história, horizonte utilizado para se pensar a adoção de cotas na atualidade por seus defensores, questiona as relações raciais brasileiras e é retomado no sentido de manifestar a invisibilidade social da população negra desde a escravidão em oposição à exaltação da identidade nacional, argumento utilizado por sujeitos contrários às cotas raciais e que celebra um país mestiço.

A associação das cotas à possibilidade de o povo negro ser portador do próprio discurso trabalha a perspectiva de que a identidade negra foi elaborada a partir do olhar do homem branco da elite intelectual e econômica. Uma relação interdiscursiva também se faz presente, dado que o locutor destaca o fato do acesso à educação da população negra ter sido feito de maneira limitada: ao remontarmos a história, ainda no século XIX permaneciam legislações que excluía a população negra do acesso à educação. É o caso do Decreto de Lei nº 1.331, de 17 de fevereiro de 1854, que estabelecia a não admissão de escravos nas escolas públicas do país e que a instrução para adultos negros dependeria da disponibilidade de professores (BRASIL, 2005, p. 7). Desse contexto, é possível notar que nos trechos favoráveis às cotas raciais, a identidade nacional e a democracia racial dela advinda são

argumentos postos em xeque no contexto das relações raciais brasileiras. Ao final do trecho, é possível notar um questionamento ao imaginário da meritocracia no que diz respeito à menção aos privilégios adquiridos pela população branca advindos da escravidão. Vejamos:

Para Cuti, a cota faz parte de uma série de reivindicações dos movimentos negros **empenhados historicamente** em promover os afro-descendentes na qualidade de **portadores do próprio discurso**, podendo, assim, **ultrapassar de maneira contundente o problema histórico da invisibilidade social e dos perversos mecanismos de reificação**. [...] **Historicamente, coube aos brancos o acesso livre à educação e às instâncias institucionais do poder, enquanto restou aos negros amargar a exclusão deste processo**. Em oposição a esse quadro lamentável, a cota abre alas para a comunidade negra acessar o que lhe é de direito. [...] De forma contundente e sagaz, o poeta destaca a **existência de ‘um mar de dívidas/contraídas/pelos que sempre tornaram gorda a sua cota’**. Notem que ‘o mar de dívidas’ **retoma todo o histórico de opressão vivido pelos afro-descendentes desde a instalação bárbara da lógica do ‘navio negreiro’**. Já a ‘cota gorda’, ou seja, a ‘cota da desigualdade’, **como diria o sociólogo Emir Sader, em texto publicado no Jornal do Brasil há cinco anos, representa a elevada margem de participação dos brancos, que tradicionalmente gozaram e ainda gozam de mais privilégios em relação aos negros no acesso à universidade** (Trecho nº 3, grifos nossos).

Ainda no que diz respeito a uma desconstrução de um imaginário consagrado de meritocracia, no próximo excerto em destaque, relativo ao artigo nº2, a noção de meritocracia é apontada como uma barreira discursiva, o que se mostra pelo uso do verbo “esbarrar”. Como estratégia argumentativa, a meritocracia foi largamente utilizada como argumento de autoridade para refutar a proposição de cotas raciais por colocar em cena a defesa da qualidade da universidade. No trecho em destaque, é possível notar o resgate de discursos contrários às cotas raciais para, assim, refutá-los na materialidade discursiva: assim, quem atesta o “caráter nocivo” da política de cotas ao mérito são seus detratores. Da mesma forma, o uso de aspas em "bem-arquitetado" além do uso do futuro do pretérito na sentença “tornaria ainda mais vulneráveis os beneficiários dessas políticas”, marca a inserção de outros discursos naquele que é dito. Nesse contexto, o locutor do trecho em

análise baseia a sua argumentação nos raciocínios normalmente utilizados para contestar as cotas raciais, resgata-os e, por sua vez, refuta-os. Vejamos o trecho:

No que concerne ao ensino superior brasileiro, as cotas têm **esbarrado** no argumento de seu **caráter nocivo ao "bem-arquitetado" sistema meritocrático**. Parece, aos olhos dos defensores desse sistema, que realizar políticas públicas com base no pertencimento étnico **tornaria ainda mais vulneráveis** os beneficiários dessas políticas, visto que o diploma, decorrente de processos de formação dessa natureza, **não atestaria** a habilidade profissional ou educacional do portador. Verifica-se aí um primeiro engano digno de nota. O processo de admissão baseado na **neutralidade quanto ao pertencimento étnico-racial desconsidera a história de constituição da sociedade brasileira ao tentar escamotear o nosso passado escravocrata associado aos cinco séculos de discriminação racial generalizada**. [...] Ressalta-se ainda que, sob **o manto da irrepreensível meritocracia, repousam letárgicos** aqueles que já constataram o enorme fosso que impede a população de usufruir os direitos de cidadania. **A defesa das cotas para a população negra constitui, portanto, estratégia fundamental na promoção de uma sociedade fundada na igualdade de direitos e numa concepção radical de cidadania** (Trecho nº 2, grifos nossos).

O discurso da neutralidade quanto ao pertencimento racial, por exemplo, é retomado, porém não em sentido biologizante, mas na carga histórica e social atribuída a negros e brancos em nossa história. Dessa maneira, também no trecho destacado do artigo em questão, o locutor traz para si um *ethos* de sujeito autorizado e denunciante de opiniões que intencionam “escamotear” o passado escravocrata da nação e a discriminação posterior ao regime. O caráter de crítica à meritocracia é retomado, também, por meio da ironia: a meritocracia é qualificada como “manto irrepreensível”; o caráter de crítica é reforçado pelo advérbio “letárgicos” para designar o modo de ver daqueles que se colocam contrários à adoção de políticas de recorte racial. Nesse contexto, é possível inferir um tom de denúncia fundada em uma memória discursiva dos movimentos sociais negros que apontam os privilégios da população branca advinda do sistema escravocrata.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A busca por significados localizados para além do exposto na materialidade discursiva foi o objetivo desse artigo. Para a análise de posicionamentos dos locutores favoráveis à adoção de cotas raciais, voltamos o nosso olhar para a compreensão de elementos de ordem linguístico-discursiva a partir das categorias imagens favoráveis de si como sujeito autorizado a tomar a palavra, relações raciais brasileiras e meritocracia. É pelo contexto de disputas argumentativas que envolveu as cotas raciais anos antes da promulgação da Lei de Cotas, em 2012, que ressaltamos a importância de uma reflexão sobre a argumentação favorável a uma política afirmativa de recorte racial em um veículo de divulgação de circulação no espaço universitário. Dessa forma, julgamos que a perspectiva dos locutores diz muito além de artigos de opinião sobre um determinado tema. Antes sim, diz sobre a possibilidade visibilizar pelo discurso lutas antigas da população negra em um espaço social de poder. Por fim, entendemos que os artigos de opinião selecionados apresentam uma orientação argumentativa não apenas sobre a proposição de cotas enquanto política pública nas universidades, mas também, sobre as relações raciais brasileiras desenvolvidas historicamente.

REFERÊNCIAS

AMOSSY, Ruth (Org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2011 (2005).

_____. "O lugar da argumentação na Análise do Discurso: abordagens e desafios contemporâneos. ". In: *Filologia e Linguística Portuguesa*, n. 09, p. 121-146, 2007. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/flp/article/view/59776/62885>. Acesso em: 22 de março de 2016

_____. *L'argumentation dans le discours*. 3ª ed. Paris: Armand Colin, 2010

AMOSSY, Ruth, PIERROT, Anne. Herschberg. *Stéréotypes et clichés: langue, discours, société*. Paris: Éditions Nathan, 1997.

BAKHTIN, Mikhail. "Os gêneros do discurso". In: BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2006, p.261-306

BOURDIEU, Pierre. *A Economia das trocas linguísticas: O que falar quer dizer*. São Paulo: EDUSP, 1996.

BRASIL. Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012. Brasília, 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.

CHARAUDEAU, Patrick. “Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual”. In: MACHADO, Ida Lúcia & MELLO, Renato (Org.). *Gêneros: Reflexões em Análise do Discurso*. Belo Horizonte: FAL/UFMG, 2004. p. 13-42.

GOMES, Nilma Lino. “Ações afirmativas: por que não?” In: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. *Boletim* (edições online). Disponível em: <https://www.ufmg.br/boletim/bol1347/segunda.shtml>. Acesso em 02 fev. 2016.

KOCH, Ingedore G. Villaça. *Argumentação e linguagem*. 4ª ed., São Paulo: Cortez, 1996.

MAINGUENEAU, Dominique. “Análise do discurso e suas fronteiras” In: *Matraga*. Rio de Janeiro, v.14, n.20, jan. /jun. 2007, p.13-p.37.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações étnico-Raciais e para o Ensino da História e da Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: MEC, 2005.

MOURA, Maria Aparecida. “Por uma cidadania radical”. In: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. *Boletim* (edições online). Disponível em: <https://www.ufmg.br/boletim/bol1485/segunda.shtml>. Acesso em 02 fev. 2016.

PERELMAN, Chaïm, OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2005 (1958).

RELATÓRIO FINAL: A mídia Impressa e a Agenda da Promoção da Igualdade Racial. Jornais e Revistas 2001 – 2008. São Paulo, julho, 2009. Disponível em: < http://www.smabc.org.br/Interag/temp_img/%7BF7226839-7ED8-4524-ACD3-27A84853504A%7D_relatorio%20observatorio%20de%20midia.pdf>. Acesso em: 11 de jun. 2016.

SILVA, Marcos Fabrício Lopes da. “O olhar poético sobre as cotas”. In: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. *Boletim* (edições online). Disponível em: <https://www.ufmg.br/boletim/bol1622/2.shtml>. Acesso em 02 fev. 2016.

*Recebido em 29 de junho de 2016
Aceite em 24 de novembro de 2016*

Como citar este artigo:

SANTOS, Juliana Silva. O discurso favorável sobre as cotas raciais em artigos de opinião de circulação universitária. *Palimpsesto*, Rio de Janeiro, Ano 15, n. 23, jul-dez 2016. p.592-609. Disponível em: < <http://www.pgletras.uerj.br/palimpsesto/num23/dossie/palimpsesto23dossie08.pdf> >. Acesso em: dd mmm. aaaa. ISSN: 1809-3507.

ⁱ Tradução livre: “Vincularemos, então, a noção de ‘doxa’ ou opinião comum, de um lado, aos conjuntos discursivos – discurso social ou interdiscurso – que a contêm, de outro lado, às formas (lógico) discursivas

particulares – topoi (lugares comuns) de todos os tipos, ideias consagradas, estereótipos, etc. – nas quais ela emerge de maneira concreta”.

ⁱⁱ Apesar da inter-relação da tríade *ethos*, *pathos* e *logos*, não podemos desconsiderar que determinados domínios discursivos podem apresentar primazia de um ou de outro elemento argumentativo, daí a opção por destacarmos os elementos argumentativos associados à construção de imagens de si e do outro.